

Confronto e acordo

*Dívida
ext*

Apesar das resistências das grandes nações industrializadas em negociarem com os países pobres a reordenação do sistema financeiro internacional, em busca de taxas de juros adequadas à realidade econômica mundial, o Brasil poderá estabelecer com os bancos credores um acordo razoável sobre o resgate de sua dívida externa. Não se trata apenas de uma hipótese estimulada pelas novas condições estabelecidas pelo Governo brasileiro, mas de uma possibilidade rigorosamente concreta, admitida pelo diretor do **Citybank** e chefe da comissão encarregada das negociações da dívida externa, William Rhodes.

Como se sabe, o Fundo Monetário Internacional acolheu com soturno silêncio a proposta do ministro Dilson Funaro no sentido de que as nações industrializadas se sentem à mesa com os países endividados para a fixação de taxas de juros menos escorchantes. A gélida reação do FMI à iniciativa brasileira significa, a menos que alterações de comportamento sejam provocadas pela compulsão dos acontecimentos, que as nações credoras não só desejam a obrigatoriedade da intermediação do órgão quanto a manutenção das excessivas taxas de juros.

Nesse quadro de confronto, em nenhuma ocasião desejada pelo Governo brasileiro, a indicação do diretor do **City** constitui revelação espontânea de que os credores não raciocinam exatamente como os representantes dos países industrializados junto ao FMI. Pelo que se pode deduzir das avaliações de Rhodes, feitas com a sua dupla responsabilidade de credor e gestor da dívida externa brasi-

leira, o Plano de Estabilização Econômica do presidente Sarney gerou as condições para entendimentos diretos, mediante o resguardo de interesses convergentes.

A reforma do sistema financeiro internacional, sem a qual as relações mercantis e creditícias seguirão o rumo de um impasse prejudicial a todas as nações, não se configura apenas como um interesse dos países endividados, suspensos pela força de taxas de juros extorsivas. Constitui, antes de mais nada, adequação necessária à nova realidade financeira e econômica mundial, à distância dos interesses hegemônistas que presidiram o acordo de Bretton Woods.

As nações industrializadas precisam entender que o injusto sistema consagrado nas relações financeiras internacionais, cujo fiel de balança pende sempre para o lado dos portadores de capital, não pode permanecer indefinidamente. Chegará a ocasião em que, esgotado em suas possibilidades de transferir rendas para o mundo capitalizado, esse sistema acabará por contaminar de ineficiência os mecanismos internacionais de trocas, numa distribuição de graves prejuízos para a unanimidade das nações.

Para que se possa ter idéia do conteúdo de injustiças presente no intercâmbio financeiro internacional, cuja expressão maior são as elevadíssimas taxas de juros, basta dizer que o Brasil, a cada sete anos, paga o equivalente ao principal de sua dívida só com os encargos de seu serviço (juros). Ora, uma anomalia como essa, para não dizer, uma imoralidade

desse tipo, oportunamente denunciada pelo ministro Funaro ao FMI, não pode perpetuar-se sem o assombro e o protesto das nações devedoras. Pior, levará à desarticulação progressiva o sistema financeiro internacional, ou até mesmo à sua completa ruína, nesse caso por eventual inadimplência de um grupo de países na situação do Brasil.

Vai o Governo brasileiro, enquanto não se definirem e introduzirem profundas reformas no sistema financeiro internacional, buscar formas alternativas de negociar a queda das taxas de juros diretamente com os credores. A previsão de Rhodes, de que o Brasil encontrará campo aberto para renegociar ainda este ano os seus compromissos internacionais, sugere a convicção de que, apesar do FMI, haverá acordo com os credores a taxas capazes de conciliar os interesses das partes.

Para a consecução desse objetivo, o Brasil apresentar-se-á à mesa das negociações com uma credibilidade infinitamente maior do que no passado recente. Sua economia encontra-se estabilizada, o processo de crescimento deverá seguir ao ritmo de cinco por cento ao ano, há reservas cambiais satisfatórias, a balança comercial deverá produzir saldo, ao final do ano, da ordem de doze bilhões de dólares e todos os seus compromissos estão em dia, interna e externamente. Outro e não menos importante aspecto a considerar em toda essa questão é o fato de existir hoje no Brasil um governo portador dos mais denso apoio popular e cônscio de que é seu dever a tutela irrestrita da soberania nacional.